

O POLÍTICO ESQUECIDO: A ATUAÇÃO DO DEPUTADO IBIAPINA NO PARLAMENTO BRASILEIRO (1834-1837)¹

Noemia Dayana de Oliveira²

João Marcos Leitão Santos³

Artigo recebido em: 14/10/2017.

Artigo aceito em: 03/12/2017.

RESUMO:

Os estudos sobre José Antônio de Pereira Ibiapina, mais conhecido como padre Ibiapina, abordam em sua totalidade as peregrinações religiosas realizadas no Nordeste durante os anos de 1860 e 1883. As outras atividades profissionais que exerceu foram desmerecidas pelos biógrafos na tentativa de fortalecer a narrativa do mito de *apóstolo do Nordeste*. No entanto, a formação de bacharel em Direito contribuiu para que ele se inserisse na Assembleia Constituinte, possibilitando a participação em espaços decisivos do Império. Diante disso, objetivamos reconhecer a atuação do deputado Ibiapina nos anos de 1834-1837, como representante do Partido Liberal do Ceará. Para tanto, nos reportamos aos estudos da Nova História Política, especificamente nos diálogos com a Linguagem e a Sociologia.

PALAVRAS-CHAVE:

Padre Ibiapina. Política. Deputado Geral. Discursos Parlamentares. Nova História Política.

ABSTRACT:

¹ Este artigo é uma versão atualizada da comunicação apresentada no II Encontro Nacional de História Política, ocorrido em Maio/2017, na cidade de João Pessoa/PB.

² Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. CL: <http://lattes.cnpq.br/3290103571104176>. Email: noemia_oliveira@hotmail.com

³ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Federal de Campina Grande. CL: <http://lattes.cnpq.br/0554071399776667>. E-mail: tmejph@bol.com.br

The studies on José Antonio de Pereira Ibiapina, better known as Father Ibiapina, deal in their entirety with the religious pilgrimages held in the Northeast during the years of 1860 and 1883. The other professional activities he pursued were demerited by biographers in an attempt to strengthen the narrative of the myth of an apostle of the Northeast. However, his bachelor's degree in law contributed to his inclusion in the Constituent Assembly, allowing participation in decisive spaces of the Empire. In view of this, we aim to recognize the performance of Deputy Ibiapina in the years 1834-1837, as representative of the Liberal Party of Ceará. To do so, we refer to the studies of the New Political History, specifically in the dialogues with Language and Sociology.

KEYWORDS:

Father Ibiapina. Political. General Deputy. Parliamentary speeches. New Political History.

* * *

I

Os estudos desenvolvidos até hoje sobre a vida de José Antônio de Pereira Ibiapina, que ficou conhecido como Padre Ibiapina, se reportam em sua totalidade a trajetória missionária traçada por ele durante os anos de 1860 e 1883. Isso desperta para questões como a inexistência de pesquisas que tratem das atividades que desenvolveu antes das missões, a exemplo das experiências como professor, advogado, chefe de polícia, juiz de direito e deputado geral no Império. Esta última possibilitou o contato com nomes de prestígio do cenário oitocentista, a exemplo de Eusébio de Queiroz, Marquês de Olinda e o Conde de Boa Vista⁴, rede de amizades que cultivou enquanto esteve na Faculdade de Direito do Recife e nas passagens que

⁴ *Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara* (1812-1868) foi um magistrado e parlamentar. Foi ministro da Justiça (1848-1852) e, neste cargo, foi o autor de uma das mais importantes leis do império, a Lei Eusébio de Queirós, que reprimia o tráfico negreiro e estabelecia sua posterior extinção, assim como do Código Comercial de 1850 que tem partes vigentes até hoje. *Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda* (1793-1870), foi regente e primeiro-ministro do Império do Brasil. *Francisco do Rego Barros*, Conde da Boa Vista (1802-1870) foi um militar e político brasileiro. Presidente da província de Pernambuco (1837-1844).

fez durante a juventude para tomar a educação primária nos Seminários de Olinda, dos Oratorianos e dos Beneditinos.

Em pouco tempo, dispondo de amizades influentes e de uma formação respeitada, Ibiapina foi indicado a deputado pelo Partido Liberal do Ceará, cujo líder era José Martiniano Pereira de Alencar (pai do escritor José de Alencar), presidente daquela província e prócer político. Representante partidário cearense na bancada da terceira legislatura do Império (1834-1837),⁵ a prática parlamentar dele teve características diferenciadas, as quais podem ser observadas pelas relações interpessoais travadas durante os quatros anos de atuação e as questões políticas da qual se ocupou, a exemplo da elaboração das reformas constitucionais de 1834 (o Ato Adicional), cujo conteúdo condensava as múltiplas exigências políticas reunidas na Assembleia naquele momento, entre elas, a recusa definitiva da volta de D. Pedro I ao Brasil e a instauração das regências no país.

Para tanto, a compreensão da atividade política de Ibiapina se funde com o entendimento da formação social do Nordeste⁶ e do Brasil no período das Regências, as quais delimitaram relevante distanciamento entre as práticas políticas da antiga colônia e da metrópole, favorecendo o país recém-independente a se tornar mais autônomo. Negar a atividade política do personagem é ocultar as suas contribuições nesse processo sociopolítico decisivo, que, diga-se de passagem, teve participação em comissões deliberativas tanto em nível local, isto é, nas ocorrências do Ceará, como a nível nacional.

Contudo, os estudos realizados até hoje sobre Ibiapina, isto é, dos contemporâneos a sua atividade como missionário até os mais recentes defendidos nos programas de pós-graduação em história, ciência da religião, pedagogia e ciências sociais, todos insistem em enfatizar a peregrinação pelo Nordeste, acompanhada de

⁵ Para detalhes do ambiente político cearense ver ALENCAR (2009), BARREIRA (1999) e QUEIROZ (1973).

⁶ No corpo deste trabalho Nordeste refere-se genericamente ao Norte, à região acima do Espírito Santo como convencionado na literatura do período.

caridade e beneficência pelos pobres. Os autores desmerecem as suas ações como político, advogado, professor e juiz, reduzindo-as à decepção por ele vivida ao se deparar com as injustiças sociais e políticas nos diversos ambientes pelos quais passou. No entanto, essas narrativas contribuem para proteger a figura do *apóstolo do Nordeste*, que é construído como sujeito predestinado a ordenar-se padre, ou mais que isso: a ser o primeiro ícone do messianismo no Brasil.

Detectar isso nas produções já consolidadas sobre Ibiapina não significa desconsiderá-las, ao contrário, foi preciso tê-las em evidência para não cair nas armadilhas apologéticas e acríicas dos primeiros biógrafos e até dos estudiosos de hoje. Para melhor ilustrar esse panorama, apresentaremos abaixo os estudos realizados, seja em âmbito religioso ou acadêmico, ressaltando as principais características e o contexto em que foram produzidos.

Durante os anos de 1868 e 1870 o beato Bernardino Gomes de Araújo se debruçou sobre a vida de Ibiapina, dedicando-o a coluna *Histórias das Missões no Cariri Novo nos Anos de 1864 a 1868* no jornal *A Voz da Religião no Cariri*,⁷ no intuito de informar aos leitores sobre as missões e as obras realizadas pelo padre-mestre. Este foi o primeiro a escrever as trajetórias de Ibiapina, que o acompanhava e auxiliava na organização do periódico durante os dois anos de circulação. Tendo em vista o objetivo da publicação, o autor não apresentou preocupação com os acontecimentos anteriores a vida missionária do biografado, o que parece ter influenciado diretamente as produções posteriores.

Cinco anos após a morte de Ibiapina, em 1888, o jornalista cearense Paulino Nogueira publicou o artigo *Padre Ibiapina* na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, baseado nos depoimentos do senhor Américo Magalhães, amigo e motivador pela escolha ao sacerdócio de Ibiapina. Américo foi confidente de Ibiapina antes da sua ordenação eclesiástica e, tornou-se a principal ligação entre este

⁷ Os estudos sobre o Jornal *a Voz da Religião no Cariri* tem sido objeto da investigação dos autores, em projeto de iniciação científica concluído, e que se desdobraram em novas investigações em curso.

e o bispo pernambucano Dom João Perdigão, responsável por conferir título de padre ao biografado. A produção que tinha a pretensão de fugir aos moldes religiosos da primeira “biografia”, não escapou da narrativa mistificadora, uma vez que relatou o início da vida missionária a partir de uma testemunha.

Deslocando-se territorialmente, as produções precedentes são de origem paraibana, onde viveu (os últimos anos) e morreu Ibiapina. O autor, padre Paulino Duarte, teve como base estética os escritos de Bernardino, mas principalmente a documentação encontrada na casa de caridade de Santa Fé/PB, cujos restos mortais do biografado encontram-se ainda hoje. Publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, as reflexões são datadas de 1913 e 1915, intituladas *Padre Ibiapina: Traços biográficos encontrados no arquivo da Casa de Caridade de Santa Fé/Arara* e *Padre Ibiapina, notas sobre sua vida extraídas do arquivo da Casa de Caridade de Santa Fé*.

Após a publicação dos primeiros escritos sobre Ibiapina, alguns anos se passaram até surgir a primeira biografia mais formal, de autoria do historiador *ad-hoc* paraibano Celso Mariz, cujo reconhecimento é de livro clássico para os estudos sobre o personagem. O autor era membro da primeira geração do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, cujo espaço rendeu-lhe o convite do amigo José Veiga Júnior, que realizava pesquisa sobre o padre em Santa Fé/PB e lhe encarregou de dar forma literária aos seus estudos. Com marcas da escrita histórica tradicional, a biografia intitula-se *Ibiapina: Um Apóstolo do Nordeste*, de autoria do paraibano, publicada pela primeira vez em 1942. Mariz ressaltou informações anteriormente desconsideradas, ou seja, a infância, o bacharelado em Direito e as atividades como deputado geral, apontando principalmente as atividades que Ibiapina realizou aqui na Paraíba, primeiro como advogado de 1840 a 1853 e, depois, como missionário em 1860 a 1883. Contudo, os acontecimentos que precedem as missões religiosas de Ibiapina são encarados como resultado do desapontamento da vida secular, especificamente a política por ser a primeira atividade profissional realizada por ele.

No intervalo de mais de vinte anos outros artigos foram publicados, mas que nada trouxeram de novidade expressiva se comparado com as produções antecedentes. Em 1952, o cearense Manoel Nascimento Fernandes Távora publicou na Revista do IHGC o ensaio *Personalidade Moral e Cívica do Padre Ibiapina*, com características que marcam as influências do contexto político e social do autor, ou seja, a experiência presidencial de Getúlio Vargas e as preferências acadêmicas pelos estudos políticos, econômicos e cívicos. No entanto, a confluência desses aspectos contribuiu para a escrita saudosista, que promoveu Ibiapina a lugar de exemplo a ser seguido tanto por políticos, quanto por civis.

A vida de Ibiapina ganhou visibilidade nacional a partir da publicação de Gilberto Vilar de Carvalho na Revista Eclesiástica Brasileira, com o artigo *O Padre Ibiapina, um homem que viveu e morreu pelo seu povo*, de março de 1983. Nesse artigo, o autor ao modo marxista tradicional se presta a reconhecer no personagem a sua predestinação a ser líder popular, cuja ideologia ia contra os pareceres monarquistas, vistos como desinteressados pelas causas nordestinas, a exemplo da seca e da fome a qual eram vítimas os pobres. Tendo em vista a influência da experiência da Teologia da Libertação na década de 1980, o autor, assim como outros religiosos buscavam uma origem para legitimar a *igreja do povo* no Brasil, passando a ver nos feitos de Ibiapina parte da legitimação que precisavam para se afirmar perante os fiéis.

As biografias mais contemporâneas são *Padre Ibiapina* do padre belga José Comblim e *Padre Ibiapina: Peregrino da Caridade* do padre cearense Francisco Sadoc de Araújo, ambas publicadas na década de 1990. Compõem o bojo de referências para os estudos sobre Ibiapina, embora também enfatizem a trajetória do personagem somente a partir de 1860, dado o lugar religioso que ocupam os dois autores supracitados. Vale ressaltar que este último empenhou-se em buscar minuciosamente informações sobre os primeiros anos de vida de Ibiapina, com a pretensão de dar respostas mais consistentes sobre a opção deste pelo sacerdócio, a qual, segundo o autor, teria sido cogitada desde a infância, mas suspensa devido à morte do pai e do irmão que foram vítimas da repressão aos envolvidos na Confederação do Equador.

Outras produções como *As Crônicas das Casas de Caridade do Padre Ibiapina e Ibiapina e Santa Fé nos desafios do tempo*, respectivamente de Eduardo Hoornaert e Ernando Luiz Teixeira de Carvalho, se empenharam em organizar documentos, lançando notas e comentários, que estão relacionados diretamente ao cotidiano das Casas de Caridade, mas não foram escritos tão somente pelo Padre Ibiapina. Essas compilações buscaram por uma *história vista de baixo*, dando atenção aos homens e as mulheres que estiveram na companhia do padre, mas que tiveram sua contribuição e participação efetivada através de cartas, poemas, peças teatrais e outros produtos culturais, motivados pela educação oferecida nessas instituições.

A partir da década de 2000 começaram a surgir os primeiros trabalhos acadêmicos sobre Ibiapina, contando com mais de 20 produções entre monografias, dissertações e teses defendidas nas unidades de graduação e programas de pós-graduação do Brasil. Esses estudos privilegiaram (e ainda privilegiam) o Padre Ibiapina, as Casas de Caridade e as(os) beatas(os) como objeto de estudo, reafirmando a inexistência de preocupações acerca da vida secular desse personagem. As que merecem destaque são Lima (2009, 2014), Madeira (2003), Nascimento (2009), Oliveira (2007), Silva (2003) e Veras (2009)⁸. A falta de pesquisas sobre a vida de Ibiapina antes das missões resultou na repetição de informações sobre as atividades religiosas que desempenhou, o que, não necessariamente, desmerece a contribuição dos pesquisadores acima citados.

Constatada a ausência de estudos sobre a vida política de Ibiapina sob o frágil argumento da inexistência de fontes que pudessem esclarecer essa atividade, hipótese descartada quando confrontada com os discursos parlamentares publicados nos Anais da Câmara dos Deputados, com as correspondências expedidas durante o período de

⁸ Os títulos são respectivamente *A caridade segundo Ibiapina: história e imaginário na Casa de Santa Fé; Devoção e santidade nas Casas de Caridade: a idealização mariana do Padre Ibiapina; Entre orações, letras e agulhas: a pedagogia feminina das Casas de Caridade de Padre Ibiapina – sertão cearense (1855-1883); Filhas e irmãs do Padre Ibiapina: educação e devoção na Paraíba (1860- 1883); Da fé à promoção social: a atividade missionária do Padre Ibiapina; As beatas de Ibiapina: do mito à narrativa histórica: uma análise histórica usando a abordagem de gênero sobre o papel feminino nas Casas de Caridade do Padre Ibiapina (1860-1883); O “Echo das Maravilhas”: o jornal A Voz da Religião no Cari ri e as missões do Padre Ibiapina no Ceará (1860-1870).*

1834 e 1837 e com os documentos elaborados em parcerias com outros deputados durante a vigência daquela legislatura. Questionou-se ainda preferência dos pesquisadores pela vida religiosa de Ibiapina, chegando a hipótese que uma vez reconhecido pelos feitos de caridade logo esqueceriam e/ou inibiriam a convivência com personalidades privilegiadas da sociedade oitocentista, bem como as divergências políticas que travou com o líder do Partido Liberal no Ceará, já referido. Essas informações, portanto, poderiam acentuar fragilidades a figura mítica do *apóstolo do Nordeste*.

Esse hiato nos motivou a analisar a experiência política parlamentar de Ibiapina, cuja projeção social ultrapassou os limites locais, tendo vista as relações pessoais travadas com a família Alencar; a interferência dele na formação político-social do Nordeste e do Brasil em tempos de transição⁹; e a polifonia intelectual da qual era portador. Dito isto, buscamos ampliar as explicações acerca da vida desse personagem, mas sem a preocupação de dar sentido, extrair uma lógica ou fazer uma retrospectiva de forma progressista e/ou desenvolvimentista das suas ações.

II

A vida do deputado Ibiapina corresponde a quase totalidade de anos do século XIX, isto é, nasceu em 1806 e morreu em 1883, o que coincide com acontecimentos como a Revolução de 1817, a Confederação do Equador, a Independência do Brasil, a abdicação de D. Pedro I, as revoltas regenciais e outros momentos que compuseram o cenário movimentado dos oitocentos. Ter atuado no parlamento nos anos de 1834 a 1837 o situou em um espaço de discussões decisivas, àquelas que delinearão o perfil político do Brasil a partir do segundo Império.

⁹ Não sendo a questão Nordeste a especificidade desta discussão, remetemos os interessados a MOTA (1972).

Para tanto, ele esteve ao lado de figuras como Eusébio de Queiroz, Nunes Machado e Martiniano Figueira de Melo¹⁰, companheiros desde a Faculdade de Direito do Recife e, posteriormente, com reconhecida projeção social. É fato que a estima que havia cultivado nos principais centros do Império foram suficientes para inseri-lo em círculos privilegiados, ao mesmo tempo em que aguçaram a sua percepção para as disparidades nas relações sociopolíticas no país.

Diante disso, se faz necessário considerar que na política não se segue um desenvolvimento linear, nem se tem fronteiras fixas, e as tentativas de fechá-lo dentro de limites são inúteis. Ao contrário disso, têm-se rupturas que parecem acidentes para a inteligência organizadora do real, nesse caso, daquele que está analisando e/ou escrevendo (RÉMOND, 1992). Isso é ainda mais visível quando se ressalta a política através das experiências parlamentares de um sujeito, no qual se acredita ter um relato coerente dos acontecimentos de vida, cuja significação e direção não podem ser senão uma ilusão retórica de uma tradição literária que não deixou e não deixa de se renovar (BOURDIEU, 1996).

No entanto,

(...) não podemos compreender uma trajetória... sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado... ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. Essa construção prévia também é a condição de qualquer avaliação rigorosa do que podemos chamar de *superfície social*, como descrição rigorosa da *personalidade*... (BOURDIEU, 1996, p. 190).

Optamos pela articulação da *superfície social* e da *linguagem política*, considerando que a relação que Ibiapina estabeleceu com os outros agentes envolvidos no mesmo espaço político era resultado do ambiente em que estava inserido. A linguagem é entendida aqui como *performance*, o que interfere na maneira em que se deve abordar

¹⁰ Nomes como o de Dom Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, Zacarias Góes e Vasconcelos, Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda), Francisco do Rego Barros (Conde da Boa Vista) e outros também dividiram espaço parlamentar com Ibiapina.

o conteúdo, isto é, visando os personagens, os discursos por eles gerados e a situação da qual faziam parte, pois o enunciado tem sentido político a partir do momento em que a circunstância o autorizar.

Exemplo dessa *performance* em Ibiapina pode ser observada em 1835, quando o deputado fez a defesa da sua proposta de emendas para a reelaboração dos meios da moeda circulante, em decorrência da provocação feita pelo deputado Maciel Monteiro (PE), gerando assim discordâncias no parlamento. A proposta, portanto, estabelecia a redução do valor da moeda que, em médio prazo, restabeleceria a economia e, posteriormente, o valor real da moeda. Estimulado pelos *atos de fala* do deputado pernambucano, Ibiapina responde:

Apresentei minhas ideias ao parecer da Comissão e me cabe o direito de justificá-las, em consequência da impugnação que me fez meu honrado colega, pois o projeto, que apresentei, não estabelece um sistema regular de ciência, pois verdade é que reduz a moeda de cobre a uma quarta parte do seu valor, mas cumpre observar que esta medida não fica sendo constante, e supondo mesmo que seja e que fique reduzida a moeda à quarta parte do seu valor, se conseguirá com isso que ela desapareça da circulação. Em matéria de tanta importância julgo dever apresentar minha contribuição e, por isso, ofereço minha emenda, na qual se não estabelece um sistema regular, mas sim uma medida para servir à preparação de uma outra (IBIAPINA – 18 de julho de 1835).

Essa *performance*, que nada mais é do que uma resposta aos *atos de fala*, são constituídos de componentes discursivos oriundos das exigências da dinâmica política que estava em voga. Ibiapina não só possuía manejo político, como também a percepção dos problemas econômicos, o fazendo lançar-se através de emendas para a resolução da crise financeira. Além disso, vale observar que o período aqui analisado corresponde aos embates de diversas linguagens políticas advindas de uma experiência única na História do país: o período regencial. Esse foi o momento de intensa participação popular (RIBEIRO, 2002), através dos movimentos sociais e também das decisões institucionais, uma vez que o parlamento comportou os diversos grupos

políticos (*caramurus, liberais moderados, saquaremas e liberais exaltados*) como demonstrou os estudos de Ilmar de Mattos¹¹.

Assim, a atuação do deputado Ibiapina deve ser assimilada a partir de uma análise política mais ampla, isto é, investigando os discursos do Partido Liberal¹² fora e dentro do parlamento e a relação estabelecida com outros segmentos políticos, a exemplo da Igreja, da Polícia e dos Militares, visto que estes tiveram proeminência no século XIX. Ainda que o período das Regências tenha sido singular para a eclosão de reivindicações populares, as quais eclodiram nas diversas localidades, estas não possuíam o mesmo *capital político* que as figuras representativas do poder. Desta maneira,

Essa constatação da capacidade desigual de acesso ao campo político é extremamente importante para evitar naturalizar as desigualdades políticas... Há, portanto, condições sociais de possibilidade de acesso a esse microcosmo, como, por exemplo, o tempo livre: a primeira acumulação de capital político é característica de pessoas dotadas de um excedente econômico que lhes possibilita subtrair-se às atividades produtivas, o que lhes permite colocar-se na posição de porta-voz. Além do tempo livre, há este outro fator que é a educação (BOURDIEU, 2011, p. 196).

Herdeiro de uma formação religiosa católica, seminarista, político e jurista, Ibiapina inevitavelmente manuseava uma polifonia, um patrimônio de múltiplas linguagens para comunicar suas ideias. Isso facilitou a sua entrada no *campo político*, já que o excedente econômico não possuía. Isso porque o seu pai, participante ativo da Confederação do Equador, contraiu dívidas, levando os filhos à falência após a sua condenação à morte, em 1825. Em decorrência da amizade de seu pai com o líder do Partido Liberal, José Martiniano de Alencar, Ibiapina desenvolveu uma relação quase familiar, forjando os instrumentos de ascensão política do recém-bacharel em Direito.

¹¹ Ver MATTOS (1991), (2010), (2010), (2010b).

¹² Embora Ibiapina pertencesse a tradição liberal, os liberalismos não são tema principal deste trabalho. Aos interessados em aprofundar esta perspectiva ver PIÑEIRO (2010); DANTAS (2009); PEIXOTO (2013); GRINBERG e SALLES (2010).

Essa relação é produto de uma herança imaterial (LEVI, 2000) facilitadora das relações estabelecidas pelo jovem Ibiapina, já que o seu pai tinha reconhecida inserção no Ceará e nas outras províncias do Nordeste.

No entanto, para além dessa herança que possibilitou a ascensão de Ibiapina como deputado geral, os seus discursos estavam associados com a ideologia do grupo político¹³ ao qual fazia parte, cujas ações nortearam-se especificamente com a pretensão de

[...] realizar reformas de caráter estritamente político-institucional, que limitassem os poderes do Imperador, conferissem maiores prerrogativas à Câmara dos Deputados e autonomia ao Judiciário, assegurassem a aplicação das conquistas liberais já firmadas ou previstas pela Constituição (sobretudo no que concerne aos direitos civis dos cidadãos) e, ao mesmo tempo, estabelecessem uma liberdade circunscrita à esfera da lei e da *ordem* (BASILLE, 2001, p. 94).

Os segmentos sociais menos privilegiados, especificamente os que se levantaram em movimentos separatistas durante esse período, estiveram a margem das preocupações dos liberais, que visavam reforçar as conquistas atingidas na esfera institucional, além de se preocupar em manter o poder centralizado na mão do Imperador e descompromissada com ações que pudessem cessar as mazelas públicas que se alastravam. Nesse sentido, o objetivo central dos políticos regenciais foi fortalecer o sistema político, diga-se de passagem, restritivo, manter a integridade territorial do país e restabelecer a ordem social. Essas ações foram confirmadas, sobretudo, por meio dos *atos de fala* estabelecidos na comunicação entre os deputados, participantes de um espaço coletivo de opiniões, cujo *ser-com* atuava como uma partilha, um *em comum* (SEMAMA, 1981).

Por esse motivo, não se pode isolar o presente do deputado Ibiapina como cenário de pureza linguística, visto que o mesmo se esforçava para perceber as necessidades do seu presente, expressas discursivamente através da “tensão entre os

¹³ De acordo com os estudos de Franco (1980), os grupos políticos no Brasil antecederam a formação dos partidos políticos, que se originaram das organizações em torno de um agente político que se destacava pelas relações sociais ou econômicas em determinada localidade.

usos linguísticos estabelecidos e a necessidade de usar as palavras de novas maneiras” (POCOCK, 2003, p. 37). Isto é, o período regencial foi resultante de conflitos sociais e políticos anteriores, cuja expressão irrompeu nos mais diferenciados *campos*, estes portadores de *linguagem* própria que se reatualizava de acordo com o contexto.

Na tese conhecida de Bourdieu, sobretudo em a *ilusão biográfica*, procura-se situar os agentes sociais para fixar a fórmula diacrônica que os grupos assumem em cada *campo*, sugerindo que a lógica de um campo de produção simbólico resulta da demarcação precisa da influência e subordinação do campo intelectual. No que se refere a estrutura de poder da classe dirigente, para delinear a localização do campo intelectual aí ambientado, era o traçado de poder que delineava as contornos de autonomia relativa desse campo, uma vez que são os domínios específicos do mundo social que o define, aproximando-o do conceito de *habitus* referente à mediação entre indivíduo e campos sociais (BOURDIEU, 1996).

Nesse caso, a comunicação estabelecida entre Ibiapina e os deputados do seu e dos outros grupos políticos, proporcionou amplamente o intercâmbio de ideias que se expressavam nos espaços dialógicos fora e dentro do parlamento. Pode-se dizer que a sua intervenção corresponde exatamente as modificações absorvidas nesses espaços, bem como as modificações propostas pelo seu discurso atuavam no ambiente, de modo que originava um movimento dialético entre o ambiente e a comunicação.

Sendo assim, percebe-se que a terceira legislatura da Câmara dos Deputados – que elegeu Ibiapina, o Conde da Boa Vista, o Marquês de Olinda e outras figuras renomadas – teve como objetivo a adaptação do Estado às questões constitucionais, de modo os liberais destinaram-se a exercer o ofício de vigilantes dos demais políticos, enquadrando-os a um novo ambiente político, isto é, que se desejava para o Estado brasileiro. Nesse caso, Ibiapina mostrou eficiente, acreditando que a ordem sendo ameaçada, como foi em relação a nomeação do Ministro da Fazenda, a solução era dirigir-se aos cargos superiores:

Indico que se dirija uma mensagem ao trono, com o fim de ser substituído o atual Ministro da Fazenda por quem possa desfazer a crise financeira que ameaça esmagar o Brasil (IBIAPINA – 16 de agosto de 1836).

Contudo, a reação ao seu pedido não estava de acordo com as pretensões consideradas:

A Comissão de Constituição prestou a devida atenção à indicação do Sr. Deputado Ibiapina, que contém a proposta de uma mensagem ao trono com o fim de ser substituído o Ministro atual da Fazenda por quem possa desfazer a crise financeira que ameaça esmagar o Brasil. A Comissão, conquanto julgue que o meio indicado não se desconforma da índole do sistema representativo e reconheça que ele tem apoio na história parlamentar de nações civilizadas que devem servir de modelo em tais matérias, todavia entende que, na presente conjuntura, não convém adotá-lo; já porque semelhante mensagem não importa mais do que a significação pode ser feito com o auxílio de outros meios, talvez preferíveis por ser indiretos, e já porque estando o negócio do roubo do tesouro afeto a duas comissões da Casa, seria menos prudente prejudicar o juízo das ditas comissões, adotando desde já proposta mensagem. Portanto, é de parecer que a referida indicação não entre em discussão (CARNEIRO LEÃO, ARAÚJO VIANA E MELO E SOUSA – 19 de agosto de 1836)

Levando em consideração a renovação metodológica, desde Pocock até Osakabe, que tem indicado o *modus* operativo do mapeamento dos acontecimentos decisivos, dos protagonistas e demais autores e linguagens, percebe-se aqui que Ibiapina, a conjuntura social e econômica das regências¹⁴ e a indicação do Ministro da Fazenda se constituíram como chaves de compreensão para o episódio da nomeação. Neste ponto, vale salientar a conhecida divergência Pocock-Skinner, a qual o segundo autor falaria de contexto e não de linguagem como ícone de compreensão dos processos políticos.

¹⁴ Ver MOREL (2003).

Isso impõe que o estudo que se funda sobre a terminologia-chave enfatiza a forma como, por exemplo, as “qualidades cívicas” das instituições são afetadas negativamente pelo tripé da sustentação econômica, burocrática e política em qualquer regime, sendo necessário entender para onde convergiam e divergiam essas qualidades erigidas ou adotadas como projeto político e fórmulas de poder. Isso nos levaria a mapear o nascimento e a expressão da história de atores, expressando-se e respondendo uns aos outros num contexto linguístico comum, embora diverso axiologicamente (POCOCK, 2003). A ênfase de Pocock, portanto, parte do reconhecimento que os modos dos discursos dão-lhe as intenções que ele pode ter, ao proporcionar-lhe os únicos meios de que ele poderá dispor para efetuar-las através de um *topoi* enunciativo e das práticas decorrentes.

Já que a linguagem é a interação do sujeito com o ambiente, cujo intercâmbio corrobora para modificações em ambos os componentes, essas modificações que são expressas na comunicação devem ser entendidas como modificações induzidas, alcançadas através do convencimento do interlocutor para com seu público. Diante disso, o discurso político aqui analisando, visto como ato de comunicação concerne mais diretamente aos atores que participam da cena de comunicação política, isto é, aos outros que estão no mesmo *campo*. O desafio, portanto, consiste em influenciar essas opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos. Quer dizer,

A política é uma luta em prol de ideias, mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as ideias-força, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização. Se o princípio de divisão que eu proponho for reconhecido por todos, se meu *nomos* se tornar o *nomos* universal, se todos virem o mundo como eu o vejo, terei atrás de mim toda a força das pessoas que compartilham minha visão (BOURDIEU, 2011, p. 203).

Nessa luta, considerada por Boudieu (2011) como a defesa das *ideias-força* de um indivíduo sobre outros, podemos lembrar a discussão travada no parlamento em 1835 acerca do recrutamento militar obrigatório, o qual foi motivo de discussão durante todo o império, dado o anseio governamental de conter as mobilizações

sociais. Ibiapina, que era expoente dos Liberais Moderados, ideologicamente defensores das reformas em nível institucional por vias constitucionais, mobilizou onze deputados que afirmaram:

Declaramos que votamos contra a emenda do Sr. Deputado Vasconcelos, que admite recrutamento forçado e penas de prisão e duzentos mil réis de multa às autoridades que não o cumprirem (IBIAPINA e um grupo de mais 11 deputados – 3 de julho de 1835).

Mais tarde, ele propõe que:

Que se convide a outra câmara para que em assembleia geral se trate de remediar a crítica posição em que se encontra o Brasil (IBIPINA – 27 de agosto de 1835)

Assim, pode-se observar que a atuação política de Ibiapina durante os anos que esteve como deputado geral pelo Ceará foram reflexos das apreensões intelectuais que ele absorveu nos espaços seminarísticos, na Faculdade de Direito e na própria prática parlamentar. Essa bagagem polifônica, ao se relacionar com o ambiente e os demais *atos de fala*, resultou na preocupação por reformas que excluíssem as ações violentas, entendidas por ele e pelos liberais como atitudes inapropriadas para organizar o país recém-independente. Portanto, a palavra era a defesa dos liberais como Ibiapina.

Para tanto, ele foi reconhecido como interlocutor eloquente pelos seus biógrafos, tendo em vista que as atividades profissionais que desempenhou tinham como principal instrumento a palavra, estas quando articuladas por Ibiapina nas proposições feitas no parlamento, conseguiram adesão massiva e a apoio das pessoas que compartilhavam da sua visão. Mesmo depois do afastamento do Partido Liberal, o deputado não se manteve isolado, já que possuía boas relações no *campo político*, mais principalmente o manejo privilegiado da *linguagem política*. Analisar essa atuação por

meio da *performance* discursiva proporciona constatar o que ele estava fazendo no contexto, bem como o que ele poderia ter feito e o que realmente fez.

III

A pesquisa que ora se apresenta permite inferências importantes sobre Ibiapina, o parlamentar. Essa proposta baseada na análise dos Anais da Câmara dos Deputados, especificamente dos discursos parlamentares de Ibiapina, não foi antes apresentada por biógrafos e/ou acadêmicos, tendo em vista o crédito demasiado concedido a sua atuação como padre, mais ainda como missionário, como nos referimos introdutoriamente. Na busca por distanciar-se dessa identidade tomada a partir da ordenação eclesiástica, ocorrida somente em 1853, procuramos não utilizar termos como padre, missionário, apóstolo e peregrino, títulos oferecidos pelos autores na tentativa de uniformizar a vida desse personagem.

Ao fazer um rastreamento dos estudos realizados sobre Ibiapina nos deparamos com a constante de um sujeito “incompreendido” pela política e pelo Direito, instituições pelas quais passou e estabeleceu formas ecléticas de convivência. Por ter se tornado andarilho religioso nos sertões, dedicando mais de 20 anos a essa atividade, estudiosos firmaram-no o lugar de caridoso, acompanhado do desprovimento intelectual, na tentativa de dar continuidade às máximas de que o discurso oriundo do espaço religioso rústico é incapaz politicamente. Além disso, existe o pressuposto que este discurso foi tomado por homens e mulheres desequilibrados, segundo os padrões de uma sociedade modernizada. Isso foi impresso em figuras como Antônio Conselheiro, o Monge João Maria e o Padre Cícero, personagens que sucederam Ibiapina, mas que são diretamente ligados a sua trajetória para reforçar o desdém atribuído a esses sujeitos.

Em consequência disso, reconhecemos a primordialidade do tema, as discussões feitas no cenário político e social do período Regencial e as intervenções

que fez o deputado Ibiapina, seja de acordo com os princípios liberais¹⁵ do seu partido, seja nas divergências tidas com este e outros grupos políticos. Assim, os documentos expedidos pela Comissão da Justiça da qual ele fez parte, as deliberações que participou no parlamento e as correspondências trocadas por ele durante esses quatro anos nos possibilita uma análise mais abrangente e menos laudatória. Ao mapear essa participação política e parlamentar, a nossa finalidade é a de desviar-se dos discursos acima citados, dando preferência às problematizações em torno dessa figura.

REFERÊNCIAS

FONTES

A VOZ DA RELIGIÃO NO CARIRÍ. Jornal editado no Crato- CE, sob a direção do Padre Ibiapina. *Informações sobre religião, educação e Casas de Caridade*. Informações variadas e divulgações de versos e poesias entre os anos de 1868-1870.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Discursos parlamentares do Sr. José Antônio de Pereira Ibiapina*. Compilações dos anos de 1834-1837.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Gustavo Magno Barbosa. *Pelas tramas da política: A constituição do partido liberal moderado na província do Ceará (1830-1837)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014. 193f.

ARAÚJO, Francisco Sadoc de. *Padre Ibiapina: peregrino da caridade*. São Paulo: Paulinas, 1996.

BARREIRA, César. Velhas e novas práticas do mandonismo local um diálogo com Maria Isaura Pereira de Queiroz. *Revista de Ciências Sociais*. v. 30 n. 1/2, 1999.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. O Laboratório da Nação: A Era Regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial – Vol. II – 1831-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 55-119.

¹⁵ Há que se ter em perspectiva que a genética do partido conservador no movimento “regressista” de 1837, com a migração de várias lideranças liberais moderadas, para o novo grupo político que se constituía.

_____. Luzes a quem está nas trevas: A linguagem política radial nos primórdios do Império. *Topoi*. Rio de Janeiro, set. 2001, p. 91-130.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Cidade: Editora, 1996. p. 183-191.

_____. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, nº 5, pp. 193-216, jan/jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522011000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 jun. 2017.

CARVALHO, Ernando Luiz Teixeira de. *Ibiapina e Santa Fé nos desafios do tempo: Um manuscrito do século XIX em confronto com outros textos*. João Pessoa: Ideia, 2015.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. O padre Ibiapina, um homem que viveu e morreu pelo seu povo. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. vol. 43, fasc. 169, março de 1983. p. 103-133.

COMBLIN, Josesh Jules. *Padre Ibiapina*. São Paulo: Paulus, 2011.

DANTAS, Monica Duarte. Partidos, liberalismo e poder pessoal: a política no Império do Brasil. Um comentário ao artigo de Jeffrey Needell, Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº10, p. 40-47, nov. 2009.

DUARTE, Paulino. *Padre Ibiapina: traços biográficos encontrados no arquivo da Casa de Caridade de Santa Fé/Arara*. Jornal “A Imprensa”, 1913.

_____. *O Padre Ibiapina, notas sobre a sua vida, extraídas do arquivo da Casa de Caridade de Santa Fé*. Tipografia Pernambucana, Paraíba do Norte, 1915.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Teoria e história dos partidos políticos*. 3ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial*. 3 Vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HOORNAERT, Eduardo. *Crônicas das Casas de Caridade fundadas pelo Padre Ibiapina*. São Paulo: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Trad. Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Danielle Ventura Bandeira de. *A caridade segundo Ibiapina: História e Imaginário na Casa de Santa Fé*. João Pessoa, 2009. 152f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões). Universidade Federal da Paraíba.

_____. *Devoção e santidade nas Casas de Caridade: A idealização mariana do Padre Ibiapina*. Goiânia, 2014. 299f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

MADEIRA, Maria das Graças de Loliola. *Entre orações, letras e agulhas: a pedagogia feminina das Casas de Caridade do Padre Ibiapina – sertão cearense (1855-1883)*. Fortaleza, 2003. 278f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira). Universidade Federal do Ceará.

MARIZ, Celso. *Ibiapina, um apóstolo do Nordeste*. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

MATTOS, Ilmar Rohloff & GONÇALVES, Marcia. *O Império da Boa Sociedade*. São Paulo: Atual, 1991.

_____. *O Tempo Saquarema*. 5ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

_____. et. al. *O Rio de Janeiro, Capital do Reino*. São Paulo: Atual, 2010.

_____. *Independência Ou Morte*. São Paulo: Atual, 2010ª.

_____. & ALBUQUERQUE, Luis A. S. de. *Independência Ou Morte-história Em Documentos*. São Paulo: Atual, 2010b.

MOREL, Marco. *O Período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste, 1817*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NASCIMENTO, Maria Célia Marinho do. *Filhas e irmãs do Padre Ibiapina: Educação e devoção na Paraíba (1860-1883)*. João Pessoa, 2009. 167f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba.

NOGUEIRA, Paulino. *O Padre Ibiapina*. Revista do Instituto do Ceará, RCI, n. 2, 1888, p. 157-220.

OLIVEIRA, Alberto Rodrigues de. *Da fé a promoção social: a atividade missionário do Padre Ibiapina*. Recife, 2007. 102f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Pernambuco.

PEIXOTO, Antonio Carlos Peixoto *et. al.* *Liberalismo no Brasil Imperial*. Origens, conceitos e prática. 2º Edição. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Os projetos liberais no Brasil império. *Passagens*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro: vol. 2, nº 4, maio-agosto 2010, p. 130-152.

POCOCK, John Greville Agard. Introdução. Sérgio Miceli (org.). Tradução Fábio Fernandez. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 23-62.

_____. Quentin Skinner: a história da política e a política da história. Tradução Patrick Guillaume e Guilherme Pereira das Neves. *Topoi*, vol. 13, n. 25, jul./dez. 2012, p. 193-206.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1976.

RÉMOND, René. Do político. In: _____ (org). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 441-450.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2002.

SEMAMA, Paolo. *Linguagem e Poder*. Tradução Wamberto Hudson Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 1-19.